

INSERÇÃO EXTERNA DA INDÚSTRIA BRASILEIRA NOS ANOS 90

Érico Robson Duarte de Sousa*
Christiane Luci Bezerra Alves**

RESUMO: *Na década de 90, observam-se transformações no cenário nacional, que são reflexos das reformas estruturais implementadas com o objetivo de adaptar a indústria nacional à nova forma de inserção do mercado externo. O processo de abertura da economia implementado, com a redução das tarifas de importação e eliminação de diversas barreiras não-tarifárias, foi um marco para a história da economia brasileira, que rompe o forte protecionismo até então existente. A principal consequência da abertura comercial aconteceu nas contas externas, com uma resposta mais rápida das importações em detrimento das exportações, traduzindo-se numa reversão no saldo da balança comercial entre 1994 e 1995, continuando a mesma deficitária durante toda a segunda metade da década. Soma-se o programa de estabilização, Plano Real (1994), que tinha como principal estratégia a sobrevalorização cambial e o aprofundamento do processo de abertura, com o objetivo reduzir as taxas de inflação crônica pela qual passava o país. Este trabalho tem, portanto, como objetivo investigar os efeitos da abertura comercial e a da estratégia de estabilização, consubstanciada no Plano Real, sobre a inserção externa da indústria brasileira. A análise dos fluxos comerciais mostrou a preocupante deterioração das contas externas na década de 90. A análise do perfil das exportações e importações nacionais apresentou a dependência da importação de bens de capital e queda da competitividade internacional das exportações brasileiras. Ainda relativo às exportações, o ganho de competitividade apresentado pelos produtos agrícolas revela uma tendência de “reprimarização” da economia brasileira.*

Palavras-chave: Indústria; Abertura comercial; Contas externas

1. INTRODUÇÃO

A economia brasileira, na década de 90, passa por um processo de profundas mudanças estruturais, que determinam um ponto de inflexão na trajetória da história econômica do país. É implementado um conjunto de reformas, chamadas de primeira geração, que inclui as aberturas comercial e financeira, a estabilização de preços, a desregulamentação da economia e as privatizações, as quais vão ter profundos reflexos na indústria nacional.

Entre as modificações implementadas, destaca-se a radical mudança na orientação das políticas comercial e cambial, quando aumenta significativamente o coeficiente de importações na economia brasileira e aumenta quase três vezes o valor das importações nacionais.

Apesar de tardio, o processo de abertura brasileiro ocorre de forma rápida e profunda, através de significativas diminuições de barreiras tarifárias e não tarifárias, tendo profundas implicações para a economia nacional.

Nesse sentido, pretende-se, com esse trabalho, identificar os principais efeitos da abertura comercial e da estratégia de estabilização, consubstanciada no Plano Real, sobre a inserção externa da indústria brasileira, lançando luz sobre as evidências mais recorrentes.

* Acadêmico do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Regional do Cariri – URCA, autor;

** Mestre em Economia pela Universidade Federal da Paraíba - UFPB; Profª Adjunta do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri – URCA; co-autora (orientadora); chrisluci@bol.com.br.

A estrutura do trabalho contempla, além dessa introdução, quatro seções que apresentam a estrutura a seguir. Na seção 2, é apresentada uma análise do fluxo comercial brasileiro, a partir da dinâmica da balança comercial, com os determinantes de seus principais movimentos. Na seção 3, é destacado o perfil das exportações e importações nacionais. Na seção 4, são feitas as considerações finais deste trabalho. Por fim, é apresentada, na seção 5, a bibliografia consultada.

2. ANÁLISE DOS FLUXOS COMERCIAIS BRASILEIROS

A década de 80 foi marcada pelo prevalecimento do forte protecionismo da economia, o que resultou no estímulo das exportações e desestímulo das importações, mantendo o saldo da balança comercial positivo no decorrer de quase todo o período.

No final da década de 80, foi dado o primeiro passo rumo à liberalização comercial, através da redução das tarifas de importação. Posteriormente, no início do anos 90, foram eliminadas as barreiras não-tarifárias, assim como a aplicação, entre 1990/94, de um cronograma de redução das alíquotas de importação, acentuando o processo de abertura da economia. Dessa forma, o saldo comercial sente os efeitos da política já nos primeiros anos da década de 90. Entre 1990 e 1992, mesmo diante da retração do nível de atividade econômica e da desvalorização real da moeda, verifica-se o crescimento do volume importado (ALVES, 2003, p.78).

O comportamento da balança comercial (Tabela 1), no período entre 1990 e 1994, mostra o crescimento do volume importado de US\$ 20.661 bilhões para US\$ 33.079 bilhões, apresentando uma taxa de crescimento de aproximadamente 12,5% a.a. As exportações não conseguiram acompanhar o mesmo ritmo de crescimento, passando de US\$ 31414 bilhões em 1990, para US\$ 43.545 bilhões em 1994, mostrando uma taxa de crescimento em torno de 8,5% a.a. O saldo comercial passou de US\$ 10.753 bilhões, em 1990, para US\$ 10.466 bilhões, apresentando ainda um superávit na balança comercial.

Tabela 1
Evolução dos fluxos de comércio e dos índices de quantum e de preço das importações e exportações brasileiras
1990-2000 (Em US\$ milhões)

Discriminação	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
Exportações	31.414	31.620	35.793	38.555	43.545	46.506	47.747	52.986	51.120	48.011	55.086
Ind. Quantum	72,6	74,5	87,2	101,6	103,7	97,4	100,0	110,2	114,0	122,8	136,4
Ind. Preço	90,6	88,9	86,0	79,5	88,0	100,0	100,0	100,7	93,9	81,9	84,6
Importações	20.661	21.041	20.554	25.256	33.079	49.970	53.286	59.842	57.714	49.210	55.783
Ind. Quantum	31,0	34,1	35,1	47,1	63,7	94,1	100,0	118,2	120,4	102,1	115,4
Ind. Preço	124,9	115,8	109,9	110,4	97,3	99,5	100,0	94,9	89,9	90,4	90,6
Saldo com.	10.753	10.579	15.239	13.299	10.466	(3.464)	(5.539)	(6.856)	(6.594)	(1.199)	(697)

Fonte: <<http://www.ipeadata.gov.br>>

Quando o Plano Real foi colocado em prática, em 1994, com a estratégia de aprofundamento da abertura comercial e sobrevalorização cambial, pode-se observar que “esses dois fatores contribuíram para o crescimento da participação das importações na estrutura de oferta da economia brasileira” (OLIVEIRA JR., 2000, p. 01), atuando ainda como regulador dos preços internos, o que significou o combate direto à inflação.

Como consequência imediata do programa de estabilização, ocorreu um desequilíbrio nas contas externas pela maior exposição da economia nacional à competição internacional, ou seja, as importações que vinham timidamente crescendo desde o início da abertura comercial, tornaram-se mais ascendentes, passando de US\$ 33.079 bilhões, em 1994, para US\$ 49.970 bilhões, em 1995, o que representou uma taxa de crescimento de 51%. No caso das exportações, pode-se observar que as mesmas não alcançam o mesmo parâmetro de crescimento, vindo de US\$ 43.545 bilhões, em 1994, para US\$ 46.506 bilhões, em 1995, mostrando uma taxa de crescimento de apenas 6,8%. Com isso, temos uma reversão no saldo da balança comercial, que passa de US\$ 10,4 bilhões positivos, em 1994, para US\$ 3,5 bilhões negativos, em 1995, mantendo-se o mesmo negativo até o final da década de 90.

Ainda em 1995, o governo, tendo necessidade de controlar o crescente déficit da balança comercial e com uma conjuntura internacional desfavorável ao financiamento destes déficits, marcado pela crise cambial mexicana e a elevação das taxas juros internacionais, as autoridades monetárias adotam uma política monetária restritiva, aumentando a taxa de juros interna como forma de atrair capitais de curto prazo. Nesse contexto, Pinheiro ressalta (2001, p. 18) que “a deterioração das contas correntes do Brasil e o fato de que o déficit era financiado por fluxos de capital de curto prazo acentuaram a dependência do financiamento externo e, conseqüentemente, tornaram o país mais vulnerável a choques externos”.

No que se refere às exportações, a manutenção da política cambial atuou de forma a restringir as exportações, ao passo que incentivou as importações, sendo uma das causas do desequilíbrio na balança comercial, tornando-se também nefasta para as empresas à medida que “o câmbio sobrevalorizado aumenta o custo da exportação, restringido a rentabilidade das exportações e, conseqüentemente, a competitividade das empresas” (RESENDE apud ALVES, 2000, p. 12-13).

A deflagração das crises asiáticas, em 1997, e russa, em 1998, foi combatida de forma semelhante por parte do governo com o aumento substancial da taxa de juros, como forma de evitar a fuga de capitais voláteis, dada a preferência pela continuidade da política cambial vigente.

Com a aceleração na perda das reservas internacionais, em 1999, o governo deixa de lado definitivamente a política gradualista a qual vinha sendo adotada em relação ao câmbio e permite a livre flutuação cambial, o que acarretou uma grande desvalorização da moeda nacional, que tinha como principal objetivo causar uma reversão no déficit comercial, coisa que não se confirmou já que o mesmo continuou negativo. De acordo com Azevedo e Portugal (1999), isso ocorreu porque no que se refere às importações o quantum importado caiu, enquanto isso, houve um aumento nos preços. No caso das exportações, tanto o quantum importado caiu, como os preços também caíram.

As importações, entre 1995 e 1997, continuam crescendo em volume maior que as exportações, mantendo um saldo negativo crescente até 1997 de US\$ 6,9 bilhões. No período de 1998 a 1999, devido à conjuntura externa e às políticas internas, citadas anteriormente, as importações caíram significativamente voltando a crescer em 2000. Por outro lado, as exportações também reduziram, entre 1998 e 1999, voltando a subir, em 2000, contudo a balança comercial neste último ano ainda mostrou um déficit de US\$ 697 milhões.

O quantum importado cresceu em quase toda a década de 90, passando de 31% em 1990, para 115,4%, em 2000, com uma taxa de crescimento no período de 14% a.a. O índice de preço apresenta uma queda, passando de 124,9%, em 1990, para 90,6%, em 2000, mostrando uma taxa de 3,16% a.a, oscilando com altas e baixas nesse período.

O quantum exportado também cresceu, em quase toda a década, apresentando 72,6%, em 1990, e 136,4% em 2000. O índice de preço também apresenta uma trajetória oscilante com os valores de 90,6% e 84,6% nos respectivos anos, com perda em torno de 6,6% a.a.

3. O PERFIL DAS EXPORTAÇÕES E IMPORTAÇÕES NACIONAIS

O comportamento da economia brasileira pós-liberalização comercial apresentou características semelhantes às experiências em outros países, com uma resposta mais rápida das importações em relação às exportações diante do novo cenário.

Com relação às exportações, dois pontos merecem destaque especial: o primeiro diz respeito à composição dessas exportações, e o segundo, à competitividade internacional dessa variável.

No que se refere ao perfil das exportações brasileiras por fator agregado, observa-se um crescimento nas três categorias de produtos, entre 1990 e 2000 (Tabela 2), com os produtos básicos crescendo de US\$ 8,7 bilhões para US\$ 12,6 bilhões nesse período, mas perdendo participação na pauta de exportações e apresentando a menor taxa de crescimento na década, 3,7% a.a.

Os produtos semi-manufaturados também perderam participação, mas tiveram crescimento superior aos produtos básicos, com 5,2 %a.a. Os produtos manufaturados apresentam a melhor performance dessa estrutura, chegando a atingir um total de US\$ 32,5 bilhões, em 2000, crescendo a uma taxa de 6,7 % a.a. Aumentam, portanto, sua participação na estrutura de exportações de 54,1 % em 1990, para 59,0 % em 2000.

Tabela 2
Exportações brasileiras por fator agregado
1990-2000 (EmUS\$ bilhões)

Anos	Básicos		Semi-manufaturados		Manufaturas	
	Valor	% *	Valor	% *	Valor	%*
1990	8,7	27,7	5,1	16,2	17,0	54,1
1991	8,7	27,5	4,7	14,9	17,8	56,3
1992	8,8	24,6	5,8	16,2	20,8	58,1
1993	9,4	24,4	5,4	14,0	23,4	60,6
1994	11,1	25,5	6,9	15,9	25,0	57,5
1995	11,0	23,7	9,1	19,6	25,6	55,1
1996	11,9	24,9	8,6	18,0	26,4	55,3
1997	14,5	27,4	8,5	16,0	29,2	55,1
1998	13,0	25,4	8,1	15,9	29,4	57,5
1999	11,8	24,6	7,8	16,3	27,3	56,9
2000	12,6	22,9	8,5	15,4	32,5	59,0
Tx.Crescimento 1990/2000 - %	3,7		5,2		6,7	

Fonte: SECEX

A sobrevalorização cambial ocorrida, entre 1993 e 1998, juntamente com a consolidação do processo de abertura comercial, que significou a estabilidade da economia com a redução nas taxas de inflação, criou um ambiente favorável para o aumento tanto do consumo interno como externo.

Dentro de cenário de alterações ocorrida na economia brasileira nos anos 90, verifica-se um acentuado aumento da produtividade, representando uma ruptura com a tendência decrescente de aumento da produtividade que vinha sendo observada desde o final dos anos 70. Uma das formas de explicar os ganhos de produtividade é pela associação entre a modernização do aparelho produtivo e a abertura comercial, que significaram mudanças no desempenho

produtivo das firmas, em decorrência do impacto cada vez maior da competição externa que foi muito relevante durante a década de noventa (MARKWALD, 2001).

No entanto, houve a ocorrência de um paradoxo entre produtividade e competitividade, conforme destaca Gonçalves (2000, p.16):

Apesar do aumento de produtividade, houve uma queda da competitividade internacional das exportações brasileiras, que pode ser vista por meio da participação no total das exportações mundiais. A participação do Brasil no comércio mundial (exportações) reduziu-se de uma média de 0,96% em 1990-94 para 0,92% em 1995-99.

A análise da tabela 3, portanto, mostra que o Brasil tem perdido competitividade internacional. No início da década de 90, a participação das exportações brasileiras no comércio mundial correspondia a 0,93% , caindo para 0,88% em 2000.

Tabela 3
Brasil
Participação nas exportações mundiais de bens, no comércio extra-Mercosul e no comércio Mercosul 1990-1999 (%)

Ano	Participação bras. no comércio mundial	Participação bras. no comércio extra-Mercosul	Participação bras. no comércio Mercosul
1990	0,93	0,88	0,03
1991	0,90	0,84	0,06
1992	0,97	0,85	0,10
1993	1,04	0,89	0,14
1994	1,04	0,89	0,14
1995	0,92	0,80	0,12
1996	0,90	0,76	0,13
1997	0,97	0,80	0,16
1998	0,95	0,78	0,16
1999	0,86	0,75	0,11
2000	0,88	-	-

Fonte: SECEX/DEPLA e Erber (2001).

Essa perda de competitividade ocorre num período em que aumenta significativamente o peso do Mercosul no comércio externo brasileiro, conforme evidencia a tabela 3 (subindo de três pontos de centésimo para 16 pontos em 1998). Isso indica que a consolidação do Mercosul amortece a queda da competitividade do Brasil¹.

Dentro dessa tendência global, os produtos agrícolas demonstram ganho de competitividade internacional na última década, enquanto os produtos manufaturados não apresentam a mesma performance (Tabela 4).

É importante lembrar que, durante a década de 70, o crescimento das exportações brasileiras de manufaturados estava condicionado pela própria característica do modelo de desenvolvimento implementado, associado, pois, à consolidação de grandes projetos de investimentos, consubstanciados no II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND). Na década de 80, como observado, o quadro de restrições externas determinou a condução da política

¹ Gonçalves (2001) destaca que no, ano de 1999, ocorre queda de importância relativa do Mercosul no comércio brasileiro, já como resultado da grave crise cambial que atinge os países-membro desse mercado.

comercial, voltada para a geração de excedentes comerciais. As exportações crescem significativamente na primeira metade da década, mas, na segunda metade, observa-se uma desaceleração na taxa de crescimento das exportações de manufaturados.

Para Veiga (2000), ainda nos anos 80, inicia-se o processo de deterioração da competitividade das exportações brasileiras. Esse processo continua na década de 90, quando são eliminados, em larga escala, os subsídios e incentivos às exportações nacionais.

Tabela 4
Brasil
Participação nas exportações mundiais de manufaturados, produtos agrícolas e outros produtos 1990-1998 (%)

Especificação	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998
Manufaturados	0,68	0,70	0,76	0,85	0,79	0,67	0,66	0,70	0,69
Prod.agrícolas	2,36	2,09	2,31	2,55	2,85	2,72	2,71	3,14	3,09
Outros	0,87	0,90	0,82	0,76	0,82	0,73	0,68	0,70	0,76

Fonte: Erber (2001).

De acordo com Gonçalves (2001), a superioridade na performance dos produtos agrícolas (observada na tabela 4) pode caracterizar uma “reprimarização” da economia brasileira e a performance das exportações de manufaturados estaria associada fundamentalmente à significativa apreciação cambial ocorrida entre 1994 e 1998 e às baixas taxas de investimento, principalmente na segunda metade da década. Além disso, a perda de competitividade do Brasil, no mercado mundial de manufaturados, é determinada pela evolução desfavorável das quantidades exportadas, visto haver uma melhora dos preços relativos de manufaturados brasileiros em relação aos preços internacionais (entre 1990-98) de 9,7%.

No caso das importações, de acordo com a categoria de uso (Tabela 5), o comportamento das matérias-primas mostra crescimento em toda a década de 90, com as importações saltando de US\$ 7.053 milhões para US\$ 18.722 milhões entre 1990 e 2000, apresentando, assim, um crescimento significativo por volta de 10,3 % a.a.

Nesse mesmo período, as importações de bens de consumo passaram de US\$ 2.941 milhões para US\$ 6.377 milhões, o que se reflete num crescimento de 8,0 % a.a. Nesse conjunto de bens, o crescimento mais expressivo ocorre a partir de 1993, com os bens de consumo duráveis apresentando um forte crescimento de 61,2 %, entre 1993 e 1995, fruto da estabilidade proporcionada pela implementação do Real (1993/94) e do aumento da massa salarial subsequente ao programa de estabilização, além das maiores facilidades concedidas em relação ao crédito doméstico.

Tabela 5
Valor das importações segundo categoria de uso 1990-2000 (Em US\$ bilhões)

Ramos	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	Tx. Cresc. 1990/2000
Matérias-primas	7053	7930	7628	9469	11662	16738	17775	19515	19311	16966	18722	10,3
Bens consumo	2941	3072	2450	3020	4658	8631	9214	9397	8825	6283	6377	8,0
Petróleo e deriv.	4735	4073	4141	4398	4069	4712	6124	6208	4313	4817	7645	4,9
Bens de capital	5932	5966	6335	8369	12690	19891	20188	26232	25284	31205	23039	14,5

Fonte: BACEN

Como pode ser observado, as importações do segmento de petróleo e derivados se mantiveram praticamente constantes ao longo da década 90, mostrando um volume importado de US\$ 4.735 milhões em 1990, passando para US\$ 7.645 milhões em 2000, mantendo crescimento de apenas 4,9 % a.a no período. Isto se deve ao fato de que a produção brasileira, nessa última década, caminhou em direção à auto-suficiência (ALVES, 2003).

Já no caso de bens de capital, os dados revelam que a economia brasileira tornou-se cada vez mais dependente de sua importação, principalmente depois do barateamento de seus preços após os processos de abertura e valorização cambial, o que deixa o país mais vulnerável ao exterior. Esse fator é preocupante, como destaca o trabalho do IEDI (1998, p.12), pois “não é adequado que o Brasil se torne dependente da importação de bens de capital seja pela vulnerabilidade externa, seja pela importância de sua dimensão tecnológica”.

O volume de importação nesse ramo passou de US\$ 5.932 milhões, em 1990, para US\$ 23.039 milhões em 2000, com uma taxa significativa de crescimento de 14,5 % a.a, sendo, portanto, o setor que mais cresceu, seguido por matérias-primas, bens de consumo e petróleo e derivados.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No campo externo, concentra-se parte das preocupações relativas aos efeitos do processo de abertura comercial e das mudanças ocorridas na economia brasileira, como a estabilização monetária, apesar de atuarem outros determinantes no comportamento desse setor. Os sucessivos déficits comerciais constituem-se em ponto de vulnerabilidade de nossa economia. As exportações, em particular, merecem destaque especial. Seu desempenho, hoje, atinge lugar central nas preocupações relativas ao setor externo, no que diz respeito à perda de competitividade internacional e à tendência de “reprimarização”, enfatizada anteriormente.

Apesar de alguns trabalhos indicarem existência de alguns sinais promissores na área externa, por exemplo, a tendência de “*up grading* da pauta de exportações de manufaturados” (MARKWALD, 2001, p.29) é de extrema importância a implementação de políticas que visem a dinamização do comércio exterior.

De maneira geral, essas políticas devem atingir a indústria como um todo, sem perder de vista a necessidade de articulação da política comercial com o programa de estabilização econômica. Dentro dessa articulação, é imprescindível o desenvolvimento de políticas industriais e de incentivo ao progresso tecnológico, visando aumentar a base tecnológica industrial e a competitividade dos produtos voltados tanto para o mercado interno como para o mercado externo. Logo, é imperativa uma forma de intervenção que vincule as políticas macroeconômicas à reativação de políticas específicas em nível setorial.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, Christiane Luci Bezerra. **Considerações sobre a abertura comercial e seus rebatimentos na indústria brasileira nos anos 90**. João Pessoa: PPGE/UFPB, 2003 (Dissertação de Mestrado).

AZEVEDO, André Filipe Z. de, PORTUGAL, Marcelo S. **Abertura comercial e política econômica no Plano Real**. Porto Alegre: UFRGS/ CPGE, 1999 (Texto para Discussão nº 11).

ERBER, Fábio Stefano. O padrão de desenvolvimento industrial e tecnológico e o futuro da indústria brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**. Vol 5. Ed. Especial. Rio de Janeiro: UFRJ. 2001.

GONÇALVES, Reinaldo. Competitividade internacional e integração regional: a hipótese da inserção regressiva. **Revista de Economia Contemporânea**. vol 5.Ed. Especial. Rio de Janeiro: UFRJ. 2001.

INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL (IEDI). “Trajetória recente da indústria brasileira”. Rio de Janeiro: IEDI, mar. 1998.

MARKWALD, Ricardo. “O impacto da abertura comercial sobre a indústria brasileira”. In: XIII Fórum Nacional. Rio de Janeiro: INAE, 2001.

OLIVEIRA JR., Márcio de. **A liberalização comercial brasileira e os coeficientes de importação** – 1990/95. Rio de Janeiro: IPEA, 2000 (Texto para Discussão n ° 703).

PINHEIRO, Armando Castelar. **O Brasil na década de 90**: Uma transição bem sucedida? Rio de Janeiro: DNDES, 2001 (Texto para Discussão n ° 91).

VEIGA, Pedro da Motta. As transformações na indústria e o desempenho das exportações brasileiras nos anos 90. In: VEIGA, Pedro da Motta (org). **O Brasil e os desafios da globalização**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.